

2025

**CAO**  
PROCURADORIAS  
MPRJ

# ENUNCIADO N° 02 JORNADA INSTITUCIONAL 2025

NOTA TÉCNICA INTERNA

# CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2

A presente **NOTA TÉCNICA INTERNA** foi elaborada com base na solicitação da **CÂMARA TÉCNICA**, órgão administrativo instituído pela Resolução GPGJ nº 2.491/22, como subsídio para os trabalhos a serem desenvolvidos na **JORNADA INSTITUCIONAL 2025 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Considerando a importância da formação de entendimentos institucionais para o **FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL**, todos os Centros de Apoio foram instruídos a, de forma colaborativa, elaborar **NOTA TÉCNICA INTERNA** sobre as temáticas apresentadas.

Destaca-se, ainda, que todos os membros têm legitimidade para deflagrar o procedimento de **CRIAÇÃO, REVISÃO e CANCELAMENTO** de Enunciados Institucionais, razão pela qual, apresentamos, a seguir, as considerações sobre a temática.



# APRESENTAÇÃO ENUNCIADO

3

## ENUNCIADO Nº 2 - *PROPOSTO*

Sempre que for determinada a abertura de vista pelo julgador, o membro do MP com atribuição **deverá se manifestar acerca da tutela de urgência** requerida *inaudita altera parte*, em se tratando do Promotor de Justiça, seja sobre a concessão de efeito suspensivo ao recurso, em se tratando de Procurador de Justiça.

JUSTIFICATIVA PROPOSTA





# CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA

4

## ENUNCIADO N° 2 - *PROPOSTO*

A proposta é salutar porque orienta o Procurador de Justiça a emitir opinião sobre a tutela de urgência requerida em sede recursal.

É comum que os relatores, antes de decidir sobre a antecipação da tutela recursal em agravo de instrumento, abram vista ao Procurador de Justiça **sem indicar que a vista se deve ao pedido de antecipação**, em um simples “À d. Procuradoria de Justiça”.

Não é comum, mas acontece de o Colega apenas tomar ciência e pedir para que a parte contrária seja intimada para contra-arrazoar, implicando em que a decisão do relator seja proferida em seguida e sem que haja a manifestação do Ministério Público.



# CONCLUSÃO

## ENUNCIADO N° 2 - *PROPOSTO*

Considerando a existência de situações análogas àquela proposta pelo enunciado e, ainda, a necessidade do fortalecimento da atuação institucional, este Centro de Apoio entende recomendável a manifestação das Procuradorias de Justiça na análise da concessão, ou não, do efeito suspensivo ao recurso, pelos seus próprios fundamentos e pelas consequências processuais inerentes à decisão.

Assim, a proposta merece **ser admitida por sua relevância**, para que se adote um **único padrão de atuação** que implique na participação do Ministério Público na tomada de decisão sobre a **antecipação da tutela recursal**, pelo que recomendamos a **APROVAÇÃO** do Enunciado n° 2.



# CONCLUSÃO

6

## ENUNCIADO Nº 2 - *PROPOSTO*

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2025

**Marcelo Daltro Leite**

Procurador de Justiça

Coordenador do CAO Procuradorias Cíveis



# CONTATOS

CAO PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS

PRAÇA PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA HERMANO  
ODILON DOS ANJOS, 1, 4º ANDAR, CENTRO, RIO DE  
JANEIRO,

(21) 2215-1122 / 1332 / 2292-8827 / 2220-7525

CAOPCJIV@MPRJ.MP.BR